

O autêntico milagre que a Sabesp fez em Guariba

Os lamentáveis episódios de violência e destruição na cidade de Guariba certamente terão, hoje, inúmeros sociólogos a interpretá-los. Não faltarão ideólogos disponíveis para atribuir ao caráter selvagem do capitalismo brasileiro a origem e o estopim dos acontecimentos. Tampouco deixarão de se apresentar os radicais de sempre, que estão no seu papel: agitadores petistas, padres progressistas, totalitários de partidos semiclandestinos, demagogos e políticos oportunistas, prontos para tirar proveito da tensão realmente existente não só na região atingida, mas em todo o País.

Até aí nada de novo. Muitos desses intérpretes possivelmente são os mesmos que ajudaram a atear fogo em Guariba. Infiltrados no levante dos bóias-frias que, de resto, estavam verdadeiramente desesperados com sua situação como sugeriu o chefe da Casa Civil do governo estadual, Roberto Gusmão. A sociologia marxista procura conjugar as condições objetivas sociais com a revolta subjetiva — o ódio de classes e a disposição para agir violentamente —, a fim de dirigir os ataques contra o empresariado e o capitalismo, vistos como o inimigo fundamental a ser destruído.

Houve um erro sociológico em Guariba, pois o cenário não corresponde a esse quadro ideal pretendido pelos radicais disponíveis. Por uma dessas ironias da História, que os totalitários nunca conseguem explicar, os patrões que ajudaram a acender o estopim da explosão social em Guariba não são empresários privados — estes, aliás, atenderam praticamente a todas as reivindicações dos grevistas e a greve acabou. Quem acendeu o estopim foi uma empresa estatal — a Sabesp. A causa imediata da revolta foi e majoração das tarifas de fornecimento de água na região, consideradas exorbitantes — e com razão — pelos trabalhadores. E o próprio prefeito de Guariba quem afirma que, mesmo que não tivesse ocorrido a greve por motivos salariais, a depredação das instalações da Sabesp acabaria acontecendo.

O fator que precisa ser analisado e esmiuçado, se se quiser fazer uma análise com um mínimo de seriedade, é o papel das empresas estatais, tão admiradas pelos sociólogos de plantão, como multiplicador da crise que elas próprias e seus tecnocratas encarapitados no poder cuidaram de criar. Se a empresa que está na origem das violências em Guariba fosse uma empresa privada, estrangeira ou nacional, é fácil prever a exploração demagógica e política que seria feita com fervor fanático por todos os progressistas do País. Seria um verdadeiro carnaval de agitação. Mas a verdade é que jamais uma empresa privada nacional ou multinacional, eventual concessionária da distribuição de água ou da instalação de esgotos na região de Guariba, poderia cobrar as tarifas impostas aos bóias-frias pela Sabesp. E isso pela simples razão de que nenhuma empresa privada, nacional ou estrangeira, tem o poder de vida e de morte sobre a sociedade brasileira de que dispõem as estatais. A Sabesp é um exemplo-padrão desse tipo de empresa entre nós: nasceu superdimensionada, ocupa em todo o Estado um lugar que poderia ser reservado às administrações municipais, faz chantagem junto às prefeituras que não se integram na rede de distribuição estadual, apresenta custos e despesas exorbitantes e cobra tarifas totalmente absurdas.

Os bóias-frias de Guariba traçaram o melhor quadro da situação, nas entrevistas que concederam diante de sua súbita notoriedade: um deles, pai de família, contou que a Sabesp lhe cobrou uma taxa de água de 75 mil cruzeiros no último mês, quando ele ganha cerca de cem mil mensais. Um outro teve cobranças médias mensais de 25 a 40 mil cruzeiros. Diante disso, cabe perguntar será que os incidentes da semana passada em Guariba não ficam mais compreensíveis à luz dessas simples revelações?

Outra pergunta inevitável é sobre o modo como operam as empresas de Serviços Públicos entre nós. Empresas como a Sabesp ou a Eletropaulo, cujas tarifas oscilam de acordo com critérios que não estão claros para os consumidores em geral e não só para os trabalhadores de Guariba. Por exemplo: por que o cidadão precisa pagar tarifas que oscilam de acordo com o cálculo do volume de água recebida em sua casa e não de acordo apenas com o custo de amortização do investimento feito para que a água seja distribuída? Será que a água — um elemento natural, que temos até demais no Brasil — não é só distribuída, mas tem um preço como se fosse um produto e até um bem escasso, sujeito à oscilação da oferta e da procura no mercado ou do custo de produção?

São questões que exigem respostas claras, pois os critérios de uma Sabesp e de uma Eletropaulo (esta última sujeita também, em breve, a revoltas como a de Guariba) são absolutamente nebulosos. Outra pergunta necessária: por que o cidadão tem de pagar pela expansão da rede de água ou de fornecimento de energia em regiões distantes de onde mora, em outras cidades, se não é beneficiário desses serviços?

O povo paulista paga caro pela água — que é de todos, que é nossa e não do Estado. E não se sabe de nenhuma consulta aos moradores de municípios do Interior, que tinham água antes mesmo que existisse a Sabesp para saber se desejavam a integração na rede estadual, que hoje lhes custa tarifas cada vez mais exorbitantes. Por que os cidadãos de uma cidade não podem escolher que tipo de fornecimento — municipal ou estadual — desejam? Será que o slogan da descentralização só serve para comícios e eleições, jamais valendo quando esbarra nos interesses de uma empresa estatal?

É evidente que o cidadão tem de pagar pelos serviços públicos que recebe, mesmo porque a missão precípua do Estado, segundo dizia Adam Smith, é a de prestar serviços à sociedade e não o contrário. Mas o cálculo das tarifas a serem pagas não pode ser feito de modo que a sociedade passe a servir a um Estado onipotente. A prova de que as empresas públicas não podem tudo foi dada em Guariba, onde a Sabesp conseguiu um autêntico milagre, transformar a água em material altamente inflamável e, até, explosivo.

(Página 4)